



TEMPORALIDADES DA LUTA PELA TERRA E PELA ÁGUA: OS ATUAIS DESAFIOS DO POVO INDÍGENA XOKÓ NAS SUAS RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS COM O RIO SÃO FRANCISCO

Avelar Araújo Santos Junior¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre os processos de territorialização associados à sistematização de políticas públicas e projetos de desenvolvimento territorial que, combinados nas suas diferentes escalas, agravam as problemáticas sociais e ambientais que afligem o povo indígena Xokó na contemporaneidade. A partir de uma análise das mediações espaço-temporais que constituem, historicamente e geograficamente, a precariedade das atuais condições ambientais da bacia hidrográfica do rio São Francisco, refletimos sobre a territorialidade desenvolvida por esse povo indígena em seus modos de reprodução material e imaterial, mantendo nosso enfoque territorial nas estratégias de organização política e produtiva da comunidade da aldeia da Ilha de São Pedro, particularmente, em relação à pesca artesanal.

Palavras-chave: Espaço-Tempo; Território; Territorialização; Indígena; Rio.

TEMPORALITIES OF THE FIGHT FOR LAND AND WATER: THE CURRENT CHALLENGES OF THE XOKÓ INDIGENOUS PEOPLE IN ITS SPACE- TEMPORARY RELATIONS WITH SAN FRANCIS RIVER

Abstract: This article aims to reflect on the processes of territorialization associated with the systematization of public policies and territorial development projects that, combined in their different scales, aggravate the social and environmental problems that afflict the indigenous Xokó people in the contemporary world. Based on an analysis of the spatiotemporal mediations that constitute, historically and geographically, the precariousness of the current environmental conditions of the Saint Francis river basin, we reflect on the territoriality developed by these indigenous people in their modes of material and immaterial reproduction, keeping our territorial approach in the strategies of political and productive organization of the community of the village of São Pedro Island, particularly in relation to artisanal fishing.

Keywords: Space-Time; Territory; Territorialization; Indigenous; River

TEMPORALITÉS DE LA LUTTE POUR TERRES ET POUR EAUX: LES DÉFIS ACTUELS DE L'ESPACE-TEMPS XOKÓ AUTOCHTONES DANS SES RAPPORTS AVEC LE RIO SÃO FRANCISCO

Résumé: Cet article vise à réfléchir sur les processus de territorialisation associées à la systématisation des politiques publiques et des projets de développement territorial, combinées à leurs différentes échelles, d'aggraver les problèmes sociaux et environnementaux le peuple autochtone Xokó à l'époque contemporaine. L'analyse des médiations spatio-temporelle qui sont historiquement et géographiquement, la précarité des conditions environnementales actuelles du bassin versant du fleuve São Francisco, nous réfléchissons sur la territorialité, mis au point par les peuples autochtones dans leur modes de reproduction matériel et immatériel, en gardant notre cap sur l'organisation territoriale des stratégies productives et politiques de la communauté du village sur l'île de San Pietro, particulièrement en ce qui concerne la pêche artisanale.

¹ Pós-Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Doutor em Geografia pelo POSGEO/UFBA; Master em Estudios Ameríndios pela Universidad Complutense de Madrid; Mestre em Geografia pelo NPGEO/UFS; Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI).



Mots-clés: espace-temps; Territoire; Territorialisation; Autochtones; Rivière

TEMPORALIDADES DE LA LUCHA POR LA TIERRA Y POR EL AGUA: LOS ACTUALES DESAFIOS DEL PUEBLO INDÍGENA XOKÓ EN LAS RELACIONES ESPACIO- TEMPORALES CON EL RÍO SAN FRANCISCO

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo reflejar sobre los procesos de territorialización asociados a la sistematización de políticas públicas y proyectos de desarrollo territorial que, combinados en sus diferencias escalas, intensifican las problemáticas sociales y ambientales que afligen el pueblo indígena Xokó en la contemporaneidad. A partir de un análisis de las mediaciones espacio-temporales que constituyen, históricamente y geográficamente, la precariedad de las actuales condiciones ambientales de la bacía hidrográfica del río San Francisco, reflejamos sobre la territorialidad desarrollada por este Pueblo indígena en sus modos de reproducción material e inmaterial, manteniendo nuestro enfoque territorial en las estrategias de organización política y reproductiva de la comunidad de la aldea de la isla de San Pedro, particularmente en relación a la pesca artesanal.

Palabras-clave: Espacio- Tiempo; Territorialización; Indígena; Rio.

OS ATUAIS DESAFIOS DO POVO INDÍGENA XOKÓ NAS SUAS RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS COM O RIO SÃO FRANCISCO

Compreendendo o espaço como um sistema de determinações múltiplas e diferenciadas (Moreira, 2012, p. 25), torna-se possível correlacionar um emaranhado de objetos, ações, fenômenos e processos espaciais que nos servem como elementos de problematização para o estudo que apresentaremos a seguir. Neste sentido, vale notar que a relevância geopolítica que a temática indígena vem configurando nas mais variadas instâncias políticas, meios midiáticos ou linhas de pesquisas acadêmicas, remete-nos enquanto geógrafos, investigadores das problemáticas socioespaciais, a ter uma participação efetiva e qualificada nas discussões acerca da questão indígena.

De início, compreendemos que a atribuição jurídico-administrativa de uma base territorial fixa e delimitada (com sentido de confinamento) a um grupo social específico afeta diretamente as formas de organização desta coletividade, particularmente, no complexo das valorizações espaciais e significações culturais e simbólicas que lhes dinamizam. Destarte, abalizamos na totalidade dos processos de territorialização associados à sistematização das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento territorial os elementos estruturantes das problemáticas sociais e ambientais que afligem o povo indígena Xokó na contemporaneidade, e, que, dialeticamente, determinam sua organização social e política por meio de ações coletivas que os motivam a permanecer na luta pela efetivação de direitos que possam lhes garantir melhores perspectivas de futuro.



Por esta linha de investigação, a abordagem histórico-estrutural dos movimentos dialéticos da formação territorial do Brasil nos permite desenvolver uma análise das condições históricas e espaciais do processo de territorialização na TI Caiçara/Ilha de São Pedro (SE) com a caracterização das atuais condições de existência do povo Xokó face à sistematização das políticas públicas nesta unidade territorial. Isto posto, o discernimento das determinações históricas da realidade vivida pelos Xokó nos induz a uma atenta reflexão sobre suas dimensões espaço-temporais, pois, as suas formas na paisagem podem corresponder às variáveis menos aparentes para uma observação precipitada que desconsidere a complexidade empírica dos conteúdos que lhes constituem historicamente.

Sem a preocupação analítica que permite distinguir no espaço total seus elementos constitutivos e sem levar em consideração a dimensão temporal, é difícil conceber o espaço tal qual ele é, um objeto real em permanente evolução. As relações com a sociedade, que também está em movimento permanente, não poderão igualmente ser apreendidas (Santos, 1978, p. 140).

À vista disso, a abordagem de apreensão e interpretação crítica da realidade socioespacial em movimento que buscaremos desenvolver ao longo desta exposição, reporta-se ao materialismo histórico e dialético que tem na relação entre a teoria e a prática sua pedra angular. Ademais, o materialismo histórico e dialético possibilita conceber a realidade a partir das contradições imanentes aos processos e fenômenos sociais em constante movimento. Daí a necessária acuidade na apreensão da materialidade do espaço levando em consideração as diferentes condições geográficas e históricas da sua produção, valorização e uso pela sociedade.

O IMPERATIVO DA DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPO

Como ponto de partida para apresentar os instrumentos conceituais sobre os quais lançaremos mão, inicialmente, tomamos como linha de entendimento a compreensão de Santos (1994, p. 86) a respeito do que ele denominou como uma “construção teórica para além do discurso”, pois, para o professor somente a análise no plano dos discursos não permite a compreensão da realidade. Tal construção se fundamenta na busca por um sistema de instrumentos de análise proveniente de uma visão do real que nos possibilite “de um lado, intervir sobre a realidade como pensador



e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria” (1994, p. 86). A essa construção teórica se soma à busca por apreender um objeto de estudo na complexidade das suas estruturas, dinâmicas e nexos internos, de modo que se desenvolva a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Assim, com as atenções voltadas para o movimento histórico das práticas sociais se torna possível a articulação lógica das regularidades, tendências e contradições, entre outras variáveis engendradas na essência da realidade.

Nesta direção, podemos considerar o que Marx e Engels (1998, p. 21) expuseram sobre o que eles consideraram como o primeiro fato histórico que pressupõe toda a existência humana – a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades da vida material de modo que os seres humanos possam viver para, enfim, poder fazer a história. Satisfeitas essas necessidades iniciais se dá o primeiro “ato histórico” com a produção de novas necessidades. Já um terceiro nível de relação que intervém diretamente no “desenvolvimento histórico” se manifesta na reprodução biológica dos seres humanos na medida em que a família passa a representar a unidade sociológica de onde emanam novas necessidades, gerando assim novas relações sociais e o aumento da população que, por sua vez, suscitam novas e ampliadas necessidades. Os autores ressaltaram que esses aspectos da atividade social coexistem desde os primeiros momentos da história humana, de maneira que integram os modos de produção desenvolvidos pelas forças produtivas de suas épocas.

Essa concepção relacional toma como base explicativa o desenvolvimento da produção material da vida humana por meio da sucessão de diferentes gerações, “cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes” (Marx e Engels, 1998, p. 46-47). Cada geração prossegue com o modo de atividade que lhe é legado, mas no campo de novas circunstâncias transformadoras, especialmente, no que se refere aos avanços das forças produtivas.

Portanto, com enfoque na dimensão material do espaço composta pelos objetos fixos (naturais ou criados pelos seres humanos) e ações (fluxos) que determinam a espacialização via a temporalização prática, Santos (1994), concebeu o espaço para além da sua materialidade empírica e do domínio da necessidade imediata, de tal modo que ele observa: “a vida não é um produto da Técnica, mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade” (Santos, 1994, p. 17). O tempo cotidiano compartilhado é



percebido como um tempo plural, “um tempo dentro do tempo”, correspondendo assim a uma variável analítica que demonstra o movimento das contradições que entrelaçam os próprios objetos fixos e ações. É com base nessa dimensão política do espaço que Milton Santos faz a seguinte distinção:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (Santos, 1994, p. 16).

Exploramos as possibilidades heurísticas dessas reflexões com o intuito de delinear as primeiras aproximações interpretativas junto às essências e aparências dos “processos de dominação” (Oliveira, 2006, p. 8) que envolvem os povos indígenas em diferentes contextos da política indigenista estabelecida e normatizada pelo Estado Nacional. Para tanto, voltamos nossas atenções para as dimensões políticas das condições sociais e ambientais vividas pelo povo indígena Xokó de Sergipe, através do enfoque territorial das intervenções hegemônicas e contra-hegemônicas na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, historicamente produzidas por diferentes sujeitos, organizações e segmentos da sociedade, sejam públicos ou privados, em meio às contradições do modo de produção capitalista.

Certamente, atentar-se a esse sentido multidimensional do território, mais do que instigante, nos é útil na análise empírica dos arranjos espaciais e temporais sobre os quais iremos nos debruçar. Afinal, como ponderou Milton Santos, o espaço pode ser apreendido como uma condição da realização concreta do modo de produção e de seus momentos, uma vez que “testemunha um *momento* [...] de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (Santos, 1978, p. 138). De tal maneira que os processos que determinam um modo de produção novo ou um novo momento de um mesmo modo de produção, tanto prescindem das formas duráveis e preexistentes do espaço, quanto criam novas formas espaciais consoantes à renovação dos objetivos das forças e relações produtivas em desenvolvimento. Para representar este caráter testemunhal do espaço Santos (1978) definiu da seguinte maneira a categoria geográfica que, apesar de ser relativa à reprodução social, toma emprestado o vocábulo geomorfológico de “rugosidade”:



As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e dos trabalhos utilizados. Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo (Santos, 1978, p. 138).

De acordo com, Harvey (1992, p. 187), o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana de maneira que se torna possível alcançar as suas qualidades objetivas a partir das práticas e processos materiais que constituem a vida social. Segundo o geógrafo é no bojo das práticas da reprodução social que o tempo social e o espaço social estão construídos de maneira diferencial, também variando geográfica e historicamente os seus conceitos e sentidos. Invariavelmente, essas diferenças de representações do espaço e do tempo afetam as formas de interpretação e atuação do/no mundo, mais uma vez, devendo-se considerar os arranjos das experiências individuais e coletivas.

À primeira vista essas ideias parecem redundantes face ao que já expusemos em relação ao tempo e espaço como categorias de análise, mas agora acrescentamos aos desdobramentos das nossas reflexões a perspectiva de síntese relacional da dimensão – espaço-tempo –, objetivando a articulação dos nossos instrumentos teórico-metodológicos nas investidas de aproximação à realidade em estudo. No plano das ideologias, Harvey situa a modernidade como um processo de desorganização constante dos ritmos temporais e espaciais no contexto da cultura capitalista. O desafio posto aos modernistas (para Harvey, os que se debruçam sobre as experiências do espaço e do tempo da atualidade) seria o de produzir novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo do efêmero, do transitório, do acelerado e do fragmentado, sobretudo, a partir do modelo fordista das relações de produção.

Os novos discursos surgidos no mundo ocidental nas últimas décadas têm configurado uma condição pós-moderna da acumulação capitalista que, por meio da compressão espaço-temporal da acumulação flexível pós-fordista, vem estabelecendo a superação das barreiras espaciais e o aniquilamento do espaço pelo tempo (Harvey, 1992, p. 257). A questão posta é que, mesmo não sendo um fenômeno novo na aceleração dos ritmos da vida moderna, tal compressão, que para Harvey deveria ser relativa a um estado de coisas precedentes, tem determinado impactos desorientadores



nas práticas econômico-políticas, no equilíbrio do poder de classe e na vida cultural e social.

Na correlação entre as diferentes periodizações desenvolvidas por David Harvey e Milton Santos para acompanhar os “ritmos” e “fluxos” da vida contemporânea – a propósito, recomendados por Moreira (1982, p. 68) como os maiores colaboradores em relação à dialética do espaço –, entendemos que o geógrafo brasileiro aborda os processos sociais da atualidade problematizando o que ele denominou de “a era da globalização” (Santos, 2002, p. 153). Segundo a sua interpretação sistêmica da redefinição de cada coisa em relação ao todo planetário, a nossa época está sendo marcada pela multiplicação incessante da produção material de objetos e, no sentido imaterial, pela infinidade de relações carregadas de ideologias e simbolismos que passamos a estabelecer com estes objetos nos domínios do território e do cotidiano.

À continuação, Santos afirmou que este período vem sendo abalizado por uma técnica e uma política planetárias que sugerem uma ideia de realidade histórica unitária do mundo na qual se concretiza a tendência hegemônica do lucro em escala global, a despeito das diversidades sociais e culturais que subjazem a esse suposto sentido unitário. Consequentemente, a globalização econômico-financeira tem engendrado a emergência de um mercado em contínua ampliação global que impõe tendências políticas e programas econômicos dominantes, especialmente, nos países periféricos em relação às economias centrais. Porém, à luz das dialéticas da vida nos lugares, dão-se as condições intelectuais, objetivas e materiais que, a exemplo das técnicas de informação atuais, aplicadas de forma democrática e engajada, elucidam sinais indicativos de uma fase de transição para um novo período histórico na construção de um mundo mais humano e fundamentado numa nova política (Santos, 2002, p. 154).

Em observação mais próxima do nosso presente, Milton Santos (2008, p. 20), ao sinalizar as possibilidades da necessária transição para um verdadeiro período popular da história, isto é, uma “outra globalização” que parta de um pensamento único para a consciência universal, identificou os seguintes fatores que contribuem para explicar o que ele qualifica de “arquitetura da globalização”:

A unicidade das técnicas, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro. Esse é o debate central, o único que nos permite ter a



esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de outras formas de ação (Santos, 2008, p. 24).

Portanto, para Santos (2008), os sistemas de técnicas que, amplamente, instaura o processo de internacionalização do mundo capitalista mediante a globalização, realizam a combinação entre trabalho e as escolhas dos seus momentos e lugares de uso que, por seu turno, caracterizam a história nos seus diferentes contextos e períodos. A novidade dos tempos da globalização é que, pela primeira vez na história da humanidade, uma unicidade do tempo e das técnicas, especialmente as informacionais, permite a ampliação de um sistema de finanças universal que impõe a mais-valia globalizada alavancando sobremaneira a apropriação privada do trabalho social e dos meios de produção. No entanto, ao questionar a quem favorece essa mais-valia somada à aceleração da história e à convergência dos momentos no “tempo real” (ou unicidade do tempo), advertiu Milton Santos:

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso (Santos, 2008, p. 28).

Buscando robustecer nosso entendimento sobre esse sentido do espaço como história e estrutura, mais uma vez, Santos (1978, p. 152) nos é esclarecedor: “Através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estrutura em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois, elas participam da dialética global da sociedade”. Além disso, para Milton Santos, na tentativa de tornar o tempo e espaço mutuamente includentes, deve-se buscar também a empiricização do tempo:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (Santos, 2014, p. 54).

Insistimos no aprofundamento dessa reflexão sobre a dinâmica da realidade estrutural, pois, é a partir dela que nos propomos a contextualizar na totalidade da questão indígena brasileira a complexidade da realidade vivida pelos Xokó na TI



Caiçara/Ilha de São Pedro. Para tanto, direcionamos nosso enfoque analítico para uma atividade produtiva de grande relevância para a reprodução material e imaterial desse povo indígena, a pesca artesanal, que, ressaltamos, passa por profundo processo de ressignificação diante dos impactos sociais e ambientais decorrentes da imposição de políticas de desenvolvimento territorial que atendem, sobretudo, aos interesses hegemônicos.

Desse modo, a análise que desenvolvemos a seguir, além de problematizar a dinâmica do agravamento dos riscos ambientais na bacia hidrográfica do rio São Francisco ao longo das últimas décadas, dirige-se à abordagem territorial do período pós-demarcatório da TI Caiçara/Ilha de São Pedro, cujos parâmetros estabelecidos pelo Estado Nacional estão sistematizados no Decreto Presidencial nº 401, de 24/12/1991, que homologou a demarcação da área de ocupação tradicional e permanente do povo indígena Xokó, tendo em vista o cumprimento do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, e do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que tratam do registro, destinação, ocupação, domínio, posse e usufruto das terras indígenas no Brasil.

A PESCA ARTESANAL DOS XOKÓ FACE AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO RIO SÃO FRANCISCO

Após um longo período de coerção social e supressão sistemática do seu território desde os tempos coloniais, no decorrer da década de 1970, os Xokó foram consolidando a representatividade da sua organização comunitária face o poder público e seguimentos políticos locais, contendo como vetor propulsor o fortalecimento da articulação política junto a diferentes lideranças e grupos sociais, como outros povos indígenas do Brasil; pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Sergipe com destaque para a Profa. Beatriz Góis Dantas, do Departamento de Ciência Sociais; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha, à época liderado por Manuel de Oliveira; e entidades eclesiais de base, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Propriá e da Paróquia de Porto da Folha, nas pessoas do bispo Dom José Brandão de Castro e Frei Enoque Salvador de Melo. Em 1978, através da tática de ocupação, os Xokó dão início às inúmeras tentativas de reapropriação da Ilha de São Pedro e da Fazenda Caiçara. Estas foram registradas como áreas indígenas apenas em 1985 e 1987, respectivamente. Após a homologação supracitada, o processo de regularização da atual poligonal da Terra Indígena Xokó foi efetivado, em 1999, quando



os Xokó se reapropriaram das terras das Fazendas Rancho Bom, São Geraldo e Belém, concluindo com a fazenda Maria Preta, em 2003.

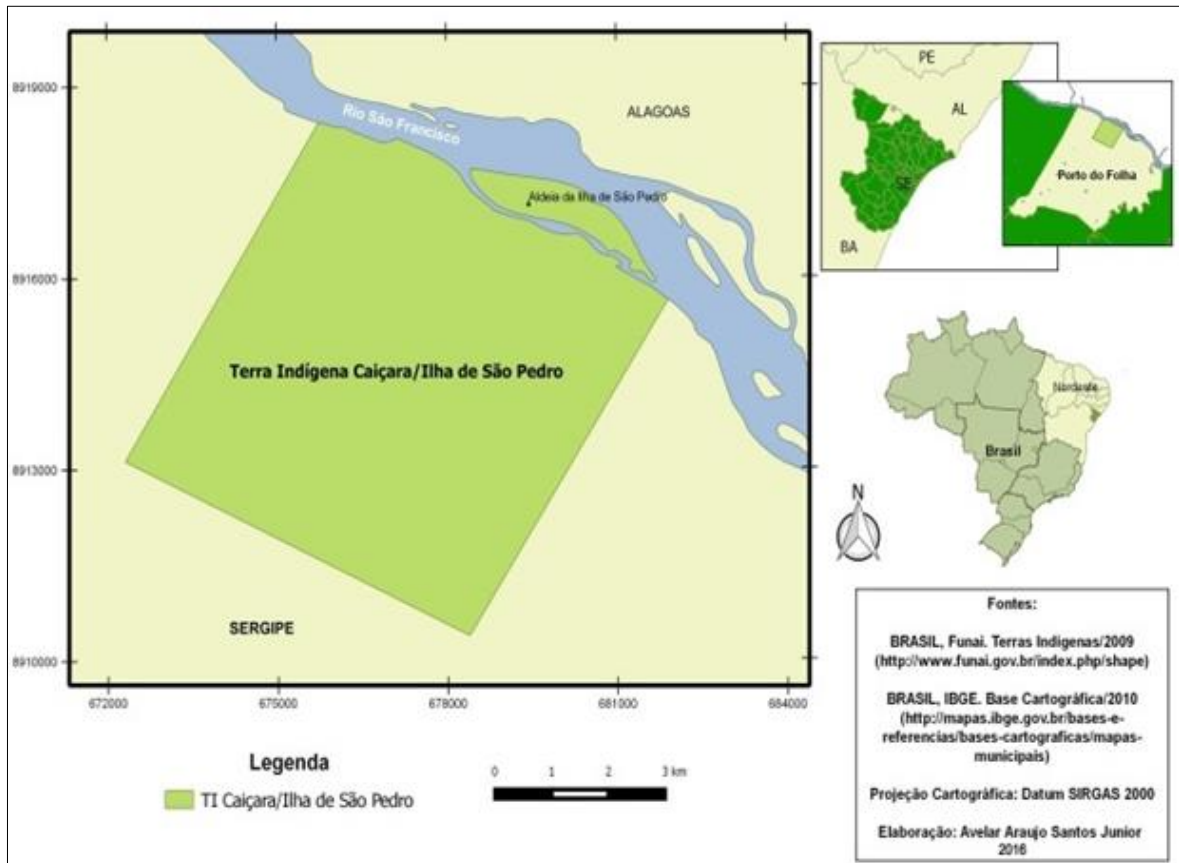
Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), na TI Caiçara/Ilha de São Pedro (Figura 1) do total da população de 333 pessoas, 314 se declararam indígenas e 19 ficaram sem declaração. Já de acordo com o levantamento realizado por técnicos do Polo-Base Xokó de Saúde Indígena, em 2014, a população total da área correspondia a 456 pessoas, entre indígenas e não-indígenas, sendo 216 do sexo feminino e 240 do sexo masculino, distribuídos em 65 famílias. Além desses dados sobre a população dos Xokó na Terra Indígena, é importante ressaltar que parte significativa dos seus familiares reside em áreas urbanas de outros municípios de Alagoas e Sergipe, a exemplo de Pão de Açúcar, Arapiraca, Itabaiana, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Propriá e Aracaju.

Fundamentais aos modos coletivos de concepção e uso da terra, as relações socioambientais estabelecidas pelos Xokó se reproduzem nas inúmeras formas de usufruto e manejo dos recursos disponíveis nos domínios naturais da Terra Indígena. No entanto, as formas de uso de diferentes trechos do rio São Francisco nos levam a considerar as múltiplas territorialidades que transpassam ao polígono da área demarcada, tal como as reproduzidas na pesca artesanal. A pesca sempre foi uma atividade vital para a sobrevivência dos Xokó, especialmente no passado, por conta das restrições de ocupação e uso da terra impostas pelos fazendeiros no que se refere às criações e aos cultivos familiares.

No presente, apesar de ainda ser praticada unicamente no leito principal do São Francisco, a pesca vem perdendo sua importância enquanto atividade produtiva devido à intensificação dos impactos socioambientais decorrentes das construções, ao longo desse rio, do complexo de Usinas Hidroelétricas (UHEs), quais sejam: Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II III e VI, e Xingó. Esta última, construída em Canindé do São Francisco/SE e Piranhas/AL (a 55 km rio acima da TI), entregue, em 1994, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), empresa do Governo Federal ligada ao Sistema Eletrobrás. Por sinal, obra que esteve sob a investigação da Polícia Federal durante a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), iniciada em junho de 1992, que resultou no *impeachment* do então

presidente da República, Fernando Collor de Mello, por tráfico de influência junto ao empresário alagoano, Paulo César Farias.

Figura 1. Localização da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro



Em decorrência das mudanças no sistema hídrico da bacia do São Francisco, na atualidade, os pescadores xokós estão tendo de procurar áreas de pesca onde a lamina de água é mais profunda. Essa condição acaba levando os pescadores para locais cada vez mais longe da Ilha de São Pedro, como pode ser observado na Figura 99 que indica o ponto mais favorável para pesca quase na outra margem do rio. Assim, essas circunstâncias socioambientais aumentam os custos da atividade, já agravados pelos constantes danos às redes e linhas de pesca que se prendem facilmente no fundo do leito do rio. A rápida formação de depósitos sedimentares chamados de “croá” está diretamente associada à drástica redução do volume hídrico e ao avanço da supressão das matas ciliares que, por sua vez, acaba favorecendo a erosão das margens e o assoreamento do leito do rio. Como consequência, observa-se também o aumento dos



percursos e dos gastos das viagens para outras localidades, pois, torna-se necessário o constante desvio de pontos rasos, igualmente ocasionando a substituição das embarcações maiores por pequenas lanchas ou barcos à vela com capacidade reduzida de passageiros.

Configurando a atual precariedade da atividade pesqueira desenvolvida pelos Xokó observamos o estado de seca das lagoas do Pão de Açúcar, Carrinho, Caiçara, Surubim e São Geraldo. Ainda nos primeiros anos após a retomada do território, esse sistema hídrico de lagoas integradas à bacia são-franciscana garantia a obtenção da boa parte dos pescados consumidos pelos Xokó, com suas vazões já sendo reguladas pela Chesf. A última cheia da maior lagoa da Terra Indígena, a da Caiçara, ocorreu em 2008, quando os técnicos da Chesf abriram parte das comportas do reservatório de Xingó, aumentando de forma abrupta o volume de água do baixo São Francisco.

Quando o rio enchia por conta da natureza, nós sabíamos o período de ele encher. Nós já tínhamos aquilo na mente, com a ciência da gente dizia assim: “vamos cuidar de tirar o arroz que de setembro a outubro o rio vai encher”. E tinha o período dele voltar: “vamos aproveitar que o rio vai começar a vazar, aproveitar a lama plantar o arroz, o milho”. Mas hoje os que tão nas usinas é quem controlam. A água tá é lá encima, agora pra cá tá se acabando. O peixe se acabou, antes a hora que fosse para o rio pegava peixe (Depoimento de Manuel Acácio Martins – Neneu, 60 anos – ao autor em 2014).

Antes da intensificação desses impactos socioambientais, a variedade dos pescados era composta por espécies denominadas por categorias nativas como: piaba, xira, piá-cutia, tubarana, traíra, chulapa, niquim, cará dourado, pacú, piranha, pirambeba, surubim, robalo, cari, caboje, camarão, lambiá e o piau branco. Algumas espécies de peixe foram apontadas por nossos interlocutores como mais difíceis de serem encontradas após as drásticas mudanças no regime fluvial, a exemplo do aracu, mandi, cumbá, sarapó, corró, camurupim e lambiá. Desse modo, ainda que o peixe seja considerado como um importante item da dieta alimentar dos Xokós, muitas dessas espécies antes encontradas facilmente, no momento, só conseguem ser obtidas por meio da compra na feira de Pão de Açúcar (Figuras 2, 3, 4, 5 e 6).

Outra situação de risco ambiental envolvendo a atividade pesqueira, diz respeito à presente proposta de construção da Barragem Traíras, no município de Pão de Açúcar/AL, aproximadamente 10Km à montante da terra indígena. Apesar do progressivo agravamento dos impactos socioambientais já ocasionados pelo supracitado complexo de Usinas Hidroelétricas, a Chesf projeta mais esta barragem com o objetivo



de armazenar água e gerar energia complementar à UHE de Xingó (Figura 7) por meio de uma Pequena Central Hidrelétrica. Audiências públicas e palestras vêm sendo promovidas pela Chesf junto à Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco, órgão do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), no sentido de debater o projeto junto ao poder público, à sociedade civil e aos movimentos sociais organizados. Entretanto, por conta da progressiva gravidade dos problemas ambientais já vivenciados por diversas comunidades do Baixo São Francisco a rejeição popular tem sido predominante.

A propósito, vale ressaltar a contundente negação das lideranças xokós a uma proposta feita por representantes da Chesf para o ressarcimento financeiro antecipado da compensação ambiental relativa aos possíveis impactos que possam atingir a TI Caiçara/Ilha de São Pedro. Mais uma vez, evidenciam-se contradições que perpassam aos processos decisórios das ações públicas e privadas, especialmente aquelas que estão associadas a grandes empreendimentos econômicos, sobre a qual podemos reafirmar que tão somente a institucionalização de espaços de participação social não garante a legitimidade dessas políticas públicas e, muito menos, a efetivação de direitos para populações mais vulneráveis.

Outra situação de risco ambiental envolvendo a atividade pesqueira, diz respeito à presente proposta de construção da Barragem Traíras, no município de Pão de Açúcar/AL, aproximadamente 10Km à montante da terra indígena. Apesar do progressivo agravamento dos impactos socioambientais já ocasionados pelo supracitado complexo de Usinas Hidroelétricas, a Chesf projeta mais esta barragem com o objetivo de armazenar água e gerar energia complementar à UHE de Xingó (Figura 7) por meio de uma Pequena Central Hidrelétrica. Audiências públicas e palestras vêm sendo promovidas pela Chesf junto à Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco, órgão do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), no sentido de debater o projeto junto ao poder público, à sociedade civil e aos movimentos sociais organizados. Entretanto, por conta da progressiva gravidade dos problemas ambientais já vivenciados por diversas comunidades do Baixo São Francisco a rejeição popular tem sido predominante.



Figura 2. Lagoa Caiçara em período de cheia



Fonte: Avelar Araujo Santos Junior (2004)

Figura 3. Pesca na lagoa Caiçara



Fonte: Avelar Araujo Santos Junior (2004)

Figura 4. Cultivo de milho no leite seco da lagoa Caiçara



Fonte: Avelar Araujo Santos Junior (2014)

Figura 5. Pajé Babá, Raimundo Bezerra Lima, atravessando o rio Pequeno (afluente do São Francisco)



Fonte: Avelar Araujo Santos Junior (2004)

Figura 6. Mesmo ponto da travessia 10 anos antes



Fonte: Avelar Araujo Santos Junior (2014)

A propósito, vale ressaltar a contundente negação das lideranças xokós a uma proposta feita por representantes da Chesf para o ressarcimento financeiro antecipado da compensação ambiental relativa aos possíveis impactos que possam atingir a TI Caiçara/Ilha de São Pedro. Mais uma vez, evidenciam-se contradições que perpassam aos processos decisórios das ações públicas e privadas, especialmente aquelas que estão associadas a grandes empreendimentos econômicos, sobre a qual podemos reafirmar que tão somente a institucionalização de espaços de participação social não garante a legitimidade dessas políticas públicas e, muito menos, a efetivação de direitos para populações mais vulneráveis.

Figura 7. Aspecto da baixa vazão do rio São Francisco nas proximidades da barragem da UHE de Xingó



Fonte: Avelar Araújo Santos Junior (2016)

Além desta situação de franca ameaça às condições de sobrevivência das populações ribeirinhas próximas à barragem em questão, outro projeto tem sido incisivamente combatido por grupos de diferentes localidades da bacia hidrográfica do rio São Francisco, inclusive contando com a participação de lideranças xokós em ações de mobilização e na elaboração de documentos de repúdio. Trata-se do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), conhecido como Transposição do São Francisco, empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MIN), associado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e que possui o orçamento atual de R\$ 8,2 bilhões. Apesar da previsão inicial de entrega da obra ter sido para 2015, e de parte significativa da obra ter sido entregue pelo

Governo Federal em 2017, ainda são previstas as conclusões de túneis, aquedutos, barragens e de canais de concreto, distribuídos em dois grandes eixos (Norte e Leste) que passam pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

Acompanhando os diferentes ritmos das obras, tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) ações civis públicas contra o projeto de transposição, principalmente, alegando-se o não cumprimento de normas ambientais e à ausência de consulta prévia às populações diretamente afetadas pelo empreendimento, tais como, o povo indígena Truká, de Cabrobó/PE, que tem em seu território tradicional a construção do ponto de captação do Eixo Norte. Esses embates no campo jurídico e a permanente resiliência dos grupos indígenas e comunidades ribeirinhas, especialmente, os que vivem à jusante dos eixos, manifestam algumas das contradições que perpassam o empreendimento, na medida em que também demonstram diferentes dimensões da luta pela água e pela terra que, na atualidade, prolonga-se no vale do rio São Francisco. Claro, sem perdermos as dimensões históricas e políticas desses processos.

Como exemplo da participação dos Xokó nesta questão, podemos verificar as contribuições das suas lideranças na campanha “Opará – Povos Indígenas em defesa do rio São Francisco”, lançada em 2009 na Terra Indígena Truká (Cabrobó, PE). Após reuniões e visitas em diferentes localidades, foi publicado o levantamento sobre os impactos do PISF para os povos indígenas do São Francisco, intitulado: Relatório Denúncia – Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do rio São Francisco (CIMI, 2009). Coordenada pelo CIMI e a APOINME, a campanha estava associada ao Projeto de Articulação Popular pela Revitalização do Rio São Francisco e contou com a parceria da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), do Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil da Universidade Federal da Amazônia (UFAM) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Para maiores aproximações às perspectivas dos Xokó sobre PISF, reproduzimos o relato de uma das suas lideranças, o ex-cacique Heleno Bezerra Lima, presente no relatório:

Nos últimos 30 anos desmatou muito a Caatinga da região, e o modelo implantado desmatou também a população. Não tem peixe, não pode usar transporte de canoa, pessoas dependem da bolsa família; se chove há 30 anos o que chove hoje a produção seria 4 a 5 vezes maior; mas o problema é que tudo tá degradado e a capacidade de produção não é a mesma; a 3km do São



Francisco tem carro-pipa. Desse jeito quem acredita que transposição irá resolver problemas da população ribeirinha? Medidas estruturais urgentes precisam ser tomadas. “Desassentar” o índio, o quilombola, o pescador para botar onde, se a escola de todos foi a terra, o rio? O problema é o modelo de assentamento, que não resolve. Com a transposição, os pobres vão morrer de sede vendo o rio à sua frente (CIMI, 2009, p. 34).

Para refletirmos sobre as múltiplas escalas das problemáticas pertinentes ao PISF, torna-se necessário mencionar que as referidas reuniões e oficinas foram subsidiadas pela *The Oxford Committee for Famine Relief* (OXFAM), agência de cooperação internacional criada na Inglaterra em 1942 e que, desde 1968, atua no Nordeste do Brasil apoiando projetos produtivos em áreas rurais e urbanas, e, particularmente, desde 1972, desenvolvendo ações com populações indígenas na região (Athias, 2002, p. 50). A abertura desse canal de diálogo possibilitou a divulgação do relatório junto à ONU, OIT, governos europeus e o Parlamento Europeu, ainda que estas representações políticas mantivessem suas diretrizes hegemônicas reificadas nas práticas colonialistas de investimentos que favorecem a concentração da terra e a ampliação das relações capitalistas de produção, das quais os processos de territorialização via políticas públicas e projetos de desenvolvimento territorial são ponta de lança.

Diante deste quadro apreendemos as múltiplas escalas das origens e implicações dos impactos ambientais incidentes não só na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, mas também em outras localidades da bacia do rio São Francisco. Por efeito, compreende-se que a construção de barragens, a redução do volume hídrico (ou aumento, nos casos das áreas inundadas que tiveram suas populações removidas), o desmatamento de vegetação ciliar, a erosão marginal, o assoreamento e a poluição do leito principal do rio e dos seus afluentes são fenômenos que exigem ações intersetoriais de recuperação e medidas políticas urgentes em diferentes níveis institucionais.

Para esse fim, notabiliza-se a necessidade de suplantar as condições de desigualdade que marcam os processos decisórios pertinentes à implantação de empreendimentos geradores de impactos socioambientais em níveis locais e regionais. Porém, o que se observa é a falta de diálogo na continuidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco e dos preocupantes estudos em andamentos para a implantação de um complexo de usinas de energia nuclear, possivelmente, entre o médio e o baixo São Francisco. Sem qualquer participação das populações inseridas na bacia do São Francisco, nota-se o preocupante avanço das negociações que envolvem a



estatal Eletronuclear, a empresa *China National Nuclear Corporation* (CNNC) [Corporação Nacional Nuclear da China], e governos estaduais de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, que disputam para ser o possível investidor da contrapartida. Essas situações são compreendidas pelos Xokó como sérias ameaças às populações ribeirinhas que não dispõem de infraestrutura capaz de, sequer, minimizar a escassez de água apropriada para o consumo humano, embora vivam às margens de um dos cursos d'água mais disputados do país. Ademais, são percebidas como contradições que se contrapõem à autonomia indígena na gestão dos seus territórios demarcados, haja vista a eficiência das determinações exógenas às terras indígenas.

Acompanhando esses processos de contínua busca por direitos, compreendemos que nos discursos e práticas identitárias são realçadas as particularidades de um determinado grupo social perante os de “fora” através do reconhecimento coletivo dos seus elementos diacríticos na perspectiva da construção pessoal e coletiva de um conjunto memorial (material e imaterial). Para Cosgrove (2003, p. 103): “a apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são históricas e geograficamente específicas”. Assim, entendemos que essa maneira de compartilhar intimamente um território por meio do enraizamento identitário, sintetizado na territorialidade, fortalece a coesão do povo Xokó perante os percalços internos e externos, possibilitando a continuação dos imprescindíveis sentimentos de solidariedade e reciprocidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (Haesbaert, 2005, p. 676)

Na tentativa de acompanhar essa dinâmica, compreendemos que as experiências da territorialidade são elementos estruturantes da formação social do povo Xokó, pois, suas práticas cotidianas suscitam múltiplas relações de valorização e pertencimento ao lugar de vivência ou que se projeta viver, no contínuo afloramento de diferentes concepções e usos do espaço coletivo, sobretudo, no que diz respeito às suas áreas produtivas, como roças, pastagens, matas, rios e lagoas.

No bojo desse processo, as relações socioambientais estabelecidas pelos Xokó se apresentam como indicadores profícuos das inúmeras formas de usufruto e manejo dos recursos naturais disponíveis no seu domínio ambiental, especialmente, os que



compreendem à dinâmica hidrográfica do rio São Francisco, sejam seus riachos afluentes, lagoas ou leito principal. Porém, indo além dos aspectos produtivos dessas relações cotidianas, pode-se constatar um conjunto de elementos empíricos úteis para a caracterização dessas relações projetadas para serem harmônicas e complementares. Portanto, para uma aproximação analítica das relações socioambientais estabelecidas por uma comunidade no esboço da sua paisagem, torna-se apropriado apreender esta realidade sistêmica em seus aspectos físicos e humanos, em contínua transformação, evidenciando-se a substituição de um meio natural por outro cada vez mais artificial e instrumentalizado (Santos, 1996, p. 186).

Assim, via a imersão nas interações entre os Xokó e o rio São Francisco novas configurações simbólicas tornam-se acessíveis, de maneira a ampliar nossas perspectivas analíticas para dimensões culturais que transitam pela cosmovisão e a religiosidade do grupo social, por exemplo. Nesta perspectiva, depreendemos que a paisagem se configura como um mosaico de habitats construído pelas interações entre processos naturais e antropogênicos.

CONSIDERAÇÕES

Ao final do percurso analítico que acabamos de apresentar, entendemos que a presente notoriedade da questão indígena no cenário político nacional não é mero reflexo das formas dinâmicas de mobilização e de troca de informação oportunizadas pelas redes sociais digitais. Muito menos, de uma postura mais aberta ao diálogo intercultural supostamente assumida pelos que determinam as tendências ideológicas da opinião pública no que diz respeito às possibilidades de futuro dos povos indígenas na totalidade da formação social brasileira. No entanto, ao apreendermos a diversificação dos conflitos locais como fenômeno sintomático do agravamento da conflitualidade enfrentada pelos povos indígenas no Brasil, percebemos que a evidência pública da questão indígena resulta da impossibilidade de se manter desconexas das principais questões nacionais algumas temáticas caras não só aos povos indígenas, mas para toda a humanidade, principalmente, as que se referem ao meio ambiente.

Com vistas a essa ampliação do lastro de conhecimento sobre as condições de existência do povo indígena Xokó espacializamos os movimentos das forças sociais que, em condições de permanente conflitualidade, interatuam nos processos de



formulação e implementação de políticas públicas na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, como também, as ações públicas e privadas ligadas a projetos de desenvolvimento que causam impactos neste território apesar de não se localizarem fisicamente no mesmo. Para tal fim, distinguimos um conjunto de fenômenos que dimanam da atualização das formas de representação, ocupação e uso da Terra Indígena, inclusive, nas suas valorizações como “território abrigo” e “território usado”.

O domínio do Estado como agente regulador de programas, projetos e atividades desenvolvidas com a participação de entes governamentais e privados, tem aprofundado as relações de dependência dos povos indígenas aos diferentes tipos de aportes das políticas públicas, isso quando suas ações chegam nas comunidades. Os fluxos e ritmos desse processo de dominação denotam os distintos níveis de eficácia da integração compulsória dos povos indígenas às relações de exploração das suas forças de trabalho, à gradativa expropriação territorial e à degradação dos recursos naturais desses espaços em disputa.

Expressão de uma contradição maior que espelha o modo capitalista de produção, a comunidade indígena, depauperada e inerte, dissolvida e conservada, aparece como portadora de novo significado, na medida em que “oferece” mão de obra barata para o setor capitalista e, ao mesmo tempo, reproduz parte da força de trabalho através das relações familiares. Parece que os grupos indígenas se caracterizam como elos finais dos dois modos de exploração que balizam o capitalismo: um que se caracteriza pela exploração mais direta realizada sobre os operários e outra pela exploração indireta exercida sobre as formas “tradicionais” agrícolas (Carvalho, 1981, p. 08).

Diante das inquietantes projeções da crise sistêmica que perpassa às contradições estruturais do desenvolvimento das forças e relações produtivas do capitalismo, compreendemos o reconhecimento dos múltiplos territórios e múltiplas territorialidades indígenas como uma necessidade à existência de toda humanidade, principalmente quando redimensionamos os dados socioeconômicos da atual conjuntura perante as problemáticas socioambientais disseminadas por todo o mundo. As observações diretas de situações críticas em relação à manutenção do equilíbrio ambiental da bacia hidrografia do rio São Francisco, permitiu-nos constatar as atuais condições da vulnerabilidade social dos Xokó como resultantes do adensamento das contradições que emanam das políticas públicas e projetos de desenvolvimento incidentes na sua Terra Indígena. Apreendemos esse movimento, tanto nos níveis de



ações locais, como nas problemáticas da má gestão dos resíduos sólidos e da falta de saneamento básico na aldeia da Ilha de São Pedro, quanto nas políticas territoriais de desenvolvimento regional, a exemplo da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos que, apesar das suas importâncias estratégicas, comprometem as condições de existência de populações ribeirinhas que dependem diretamente do regime natural do rio.

Sem qualquer pretensão de esgotar as nossas reflexões sobre as condições de existência do povo indígena Xokó na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, reencontramos na vivacidade contínua do conhecimento científico, o potencial interpretativo de novos estudos de aprofundamento sobre as territorialidades indígenas e a implementação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Uma dessas possibilidades corresponde ao melhor entendimento das diferentes condições dessas intervenções consoantes aos processos de territorialização conduzida e regularizada pelo Estado conforme as dissonâncias entre interesses públicos e privados, considerando-se tanto as coletividades indígenas que obtiveram a regularização dos seus territórios tradicionais, quanto as que ainda não alcançaram o acesso a este direito.

De escravizados à condição de trabalhadores livres, de des-territorializados a usufrutários de posse de terra, de tutelados a agentes centrais de ações políticas, de “objetos” a “sujeitos” das políticas públicas e projetos de desenvolvimento territorial, os Xokó seguem, peremptoriamente, na busca pela efetivação de direitos que os tornem plenamente artífices do seu próprio futuro, sobretudo, garantindo a autonomia na apropriação e domínio do seu território tradicional. Assim, para os Xokó os desafios pós-demarcatórios estão postos de acordo com as atuais condições históricas e espaciais do processo de territorialização da TI Caiçara/Ilha de São Pedro, marcadas pelas contradições entre as potencialidades e limitações do desenvolvimento territorial engendrado por forças sociais em contínuo movimento no tempo e no espaço.

Servindo para “desvendar máscaras sociais”, tal como preconizou Moreira (1982, p. 35) no sentido de revelar as relações de classes que determinam os arranjos espaciais, a geografia dispõe de subsídios teórico-metodológicos úteis para a análise da reprodução ampliada da lógica do modo de produção hegemônico e seus mecanismos de controle da sociedade, por sinal, vendados pelas tais máscaras sociais dos nossos tempos. Sem perder de vista o potencial desta abordagem na superação das contradições que historicamente constituem a TI Caiçara Ilha de São Pedro e as formas de uso e



valorização do rio São Francisco, reiteramos a nossa posição colaborativa aos interesses coletivos do povo Xokó e de suas contíguas comunidades vizinhas. Para tanto, oferecemos a geografia como um arcabouço de instrumentos teóricos e metodológicos capaz de ser apropriado como elemento ativo da transformação social procedente da reflexão elaborada e da luta organizada frente a conflitualidade socioambiental que buscamos entender neste estudo.

Referências

ATHIAS, Renato. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, p. 49-86.

CARVALHO, Edgar de Assis. Pauperização e indianidade. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Org.). *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1981, pp. 7-18.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Relatório Denúncia. Povos indígenas do Nordeste impactados pela transposição do rio São Francisco*. Brasília: CIMI, 2009. HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: *Introdução à geografia cultural*. CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003. pp. 103-128.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005. pp. 6774-6792.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Terras Indígenas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>>. Acesso em 12 ago. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33-63.

MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.



_____. *A Natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e Emoção.* / Milton Santos – 4. ed., 8. reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *O País distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania.* São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

*Recebido em junho de 2017
Aprovado em setembro de 2017*